

Exmo. Sr. Presidente da Comissão da

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

Deputado Eurico Brilhante Dias

Assunto: Requerimento para Audição, com carácter de urgência, da Exma. Senhora Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Dra. Ana Maria Teodoro Jorge, do Ex-Provedor Dr. Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho e da Ex-Ministra do Trabalho e da Segurança Social, Dra. Ana Mendes Godinho.

Exmo. Sr. Presidente,

Conforme veiculado pela comunicação social nos últimos dias¹, o atual Governo acusa de forma direta e inequívoca as *“atuacões gravemente negligentes”*, na gestão do mandado da Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Dra. Ana Maria Teodoro Jorge.

Mais reiteram nas afirmações públicas, que a gestão da instituição não prestou *“informações essenciais ao exercício da tutela”* e referem ainda a *“ausência de um plano de reestruturação financeira”*.

Por comunicado do Conselho de Ministros de 29 de abril², o rol expresso dos danos efetuados na gestão da Santa Casa da Misericórdia, são bem esclarecedores, colocando esta entidade com mais de 5 séculos de vida, numa situação de exposição pública bastante desfavorável. Reiteram no despacho que *“Infelizmente, esta decisão tornou-se inevitável por a Mesa, agora cessante, se ter revelado incapaz de enfrentar os graves problemas financeiros e operacionais da instituição, o que poderá a curto prazo comprometer a fundamental tarefa de ação social que lhe compete”*, indicou a nota enviada pela Presidência do Conselho de Ministros”.

¹ - <https://www.dn.pt/5372148128/governo-acusa-gestao-da-santa-casa-da-misericordia-de-lisboa-de-atuacoes-gravemente-negligentes/>

² - <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/comunicado?i=comunicado-santa-casa-da-misericordia-de-lisboa>

Posto este comunicado como centro da decisão, origina o Despacho n.º 4702-B/2024, de 30 de abril, sendo retoricamente bem elucidativo e peremptório quer nas alegações, quer da decisão final de cessação de funções da Provedora Dra. Ana Maria Teodoro Jorge.

O próprio Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Presidência³, através de comunicado próprio, veio elucidar de forma cabal, que “... desde que foi fundada, os maiores ativos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tem sido a capacidade de apoiar os mais vulneráveis e a confiança que a população nela deposita e que ambos estavam a ser comprometidos pela mesa cessante, bem como a anterior, desde logo ao não garantirem que a respetiva gestão se pautava pelo grau de diligência, rigor e transparência que são devidos pelo interesse público”.

Como ressalva a todo este processo e arrolando provavelmente outros intervenientes, de acordo com a notícia da Revista Visão⁴ de 01 de setembro de 2023, a Provedora Dra. Ana Maria Teodoro Jorge, admitiu “alguma surpresa” com a situação que encontrou na Misericórdia de Lisboa, após saída do Ex-Provedor Dr. Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho.

Nos termos do interesse público e sabendo-se que em 22 de outubro de 2019 o então Provedor, Dr. Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho, deu início ao processo de internacionalização dos jogos sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML).

De acordo com informação veiculada pela revista Visão na edição publicada a 20 de março de 2024, os mercados angolano e brasileiro eram os “principais alvos” da operação, mas que originaram um prejuízo potencial de 50 milhões de euros. Conforme noticiado pela revista Visão⁵, “A epopeia brasileira da Misericórdia de Lisboa poderá custar mais de 50 milhões de euros em prejuízos”.

Mais se informa que esta operação da SCML, era do conhecimento do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Dr. José Vieira da Silva, bem como do Secretário de Estado

³ - <https://www.publico.pt/2024/04/29/sociedade/noticia/governo-exonera-mesa-santa-casa-misericordia-lisboa-2088653>

⁴ - <https://visao.pt/atualidade/politica/2023-09-01-santa-casa-de-lisboa-chronica-de-uma-crise-anunciada/>

⁵ - <https://visao.pt/atualidade/sociedade/2024-03-20-santa-casa-a-aposta-falhada-que-fez-perder-milhoes/>

da Internacionalização, Dr. Eurico Brilhante Dias, na materialização e execução pelo Provedor da SCML para concretizar-se o plano gizado.

O Ex-Provedor da SCML Dr. Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho terá obtido anuência da nova Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Dr. Ana Mendes Godinho, para a constituição de uma sociedade detida pela SCML, que viria a denominar-se Santa Casa Global (SCG), que teria a seu cargo a exploração dos jogos em diversos países.

Conforma reza o ditado popular, em *“Casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão”* e essa tem sido a postura do Ex-Provedor da SCML DR. Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho e da anterior Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Dra. Ana Mendes Godinho, apresentando ambos versões completamente contraditórias sobre as operações no estrangeiro.

Mais se afirma, que em 9 de janeiro, numa audição parlamentar na Comissão de Trabalho, Segurança Social, a Ex-Ministra Dra. Ana Mendes Godinho negou que lhe tivesse sido fornecida informação “concreta” acerca das operações realizadas pela SCG ou sobre os montantes aplicados nessas operações, apesar de a 11 de dezembro de 2023.

O Ex-Provedor Dr. Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho, a 14 de junho de 2021, endereçara um e-mail à então Ministra no qual “dava nota de terem iniciado um processo de identificação das diferentes oportunidades de negócio”.

Desde então, de acordo com diversas notícias vindas a público nos últimos meses, foram realizadas várias operações relacionadas com a expansão internacional dos jogos Santa Casa, superiores aos cinco milhões de euros para a constituição da SCG que a Ex-Ministra Dra. Ana Mendes Godinho confirmou ter autorizado - desde logo a aquisição da participação na MCE por 16,5 milhões de euros, assim como duas prestações suplementares de capital (que totalizaram 18 milhões de euros) e ainda a emissão de garantias por parte da SCML para que a SCG pudesse financiar-se junto da banca. As perdas da SCML por exposição a investimentos sem retorno da SCG ascenderão, à presente data, a cerca de 50 milhões de euros.

Em maio de 2023, a Provedora Dra. Ana Maria Teodoro Jorge tomou posse como Provedora da SCML e, em face de comunicações de instituições bancárias decorrentes das dificuldades

que os negócios no Brasil suscitaram, determinou, em agosto do mesmo ano, a realização de uma auditoria forense à SCG, para a qual foi contratada a empresa BDO.

“... os resultados preliminares da auditoria apontavam para ilícitos e indícios de crime económico nos negócios da instituição no Brasil, imputando responsabilidades ao anterior Provedor Edmundo Martinho”.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem requerer a Audição, com carácter de urgência, da Exma. Senhora Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Dra. Ana Maria Teodoro Jorge, do Ex-Provedor Dr. Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho e a Ex-Ministra do Trabalho e da Segurança Social, Dra. Ana Mendes Godinho.

Em caso de extrema necessidade, poder-se-á chamar a audição posterior, os Ex-Gestores da SCG, Dr. Francisco Pessoa e Costa, o Dr. Ricardo Gonçalves e a Ex-Administradora da SCML a Dra. Ana Vitória Azevedo, visto que, foram intervenientes em todo este processo.

Palácio de São Bento, 05 de maio de 2024

O Deputado do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Felicidade Vital